

ANEXO nº 1

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2015.

Assunto: **Pauta de Reivindicações Gerais**

Como representante dos servidores públicos federais lotados no Distrito Federal, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF (Sindsep-DF) elenca abaixo a pauta de reivindicações gerais do funcionalismo público acompanhada de breve explicação de cada item, cujo teor foi elaborado em consenso pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF) e demais entidades que compõem o Fórum em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos:

1. **Reposição das perdas inflacionárias, com reajuste linear de 27,3%:** com base em estudos técnicos – incluindo o realizado pela Subseção do Dieese na Condsef – a campanha unificada defende o reajuste linear de 27,3%. Para o cálculo desse percentual foi utilizado o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de agosto de 2010 a julho de 2016 que gira em torno de 44%, já descontados os 15,8% concedidos pelo governo em três parcelas (2013, 2014, 2015). O cálculo também considerou o fato de que entre os anos de 2010 a 2012, o governo da presidente Dilma não concedeu reajuste aos servidores.
2. **Política salarial permanente, com correção das distorções:** o reajuste linear de 27,3% não se sobrepõe à luta pela correção das distorções salariais, cujo centro é a tabela salarial unificada (conforme encarte publicado no EG 462), com a extensão imediata da Lei 12.277/10, a qual contempla a maioria dos setores da base do Sindsep-DF (anexo nº 2).
3. **Data-base em 1º de maio:** como toda categoria profissional, os servidores federais necessitam de data-base para a discussão salarial, de benefícios e de outras reivindicações.
4. **Direito de negociação coletiva:** regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (aprovação do PL 5261/13).
5. **Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas:** 5.1) com imediata incorporação das gratificações ao Vencimento Básico; 5.2) revogação das Reformas da Previdência (Emendas Constitucionais 20/98, 41/03 e 47/05).
6. **Retirada da pauta do Congresso Nacional de matérias que atacam os direitos dos servidores, tais como:** Projeto de Lei do Senado (PLS) 327/14 – inviabiliza a greve no serviço público; Projeto de

Lei (PL) 4330/04 - amplia a terceirização no serviço público; Projeto de Lei Complementar (PLP) 92/07 - cria as Fundações Estatais de Direito Privado, que na prática representam a privatização dos serviços públicos nas áreas de saúde, educação, segurança, etc; e PLP 248/98 - regulamenta a demissão de servidores por suposta "insuficiência de desempenho".

7. **Aprovação imediata das proposições de interesse dos servidores, como:** Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/06 – suspende a contribuição previdenciária de servidores aposentados; e Projeto de Lei (PL) 5261/13 - regulamenta a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o princípio da negociação coletiva para os servidores públicos; entre outros.
8. **Isonomia dos benefícios com os Três Poderes:** auxílios alimentação, saúde, creche, diárias de viagem, entre outros.
9. **Redução da jornada:** 7 horas diárias no serviço público, sem redução salarial.
10. **Licença maternidade:** contagem do período para efeito de estágio probatório.
11. **Demitidos/Anistiados/PDVistas:** conclusão do processo de readmissão dos demitidos do Governo Collor; isonomia salarial dos anistiados reintegrados; e anistia dos PDVistas do FHC.
12. **PDL 1508:** aprovação no Congresso Nacional do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 1508 que convoca um plebiscito para que a população decida se quer uma assembleia nacional constituinte exclusiva para a reforma política.
13. **Cumprimento dos acordos:** cumprimento pelo governo de todos os acordos firmados com a Condsef para diversos setores do funcionalismo.